



Câmara Municipal de Caminha

ATA NÚMERO 03/13-17 DA REUNIÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E CATORZE

*Aos vinte e seis dias do mês de março do ano dois mil e catorze, na Casa da Banda, em Lanhelas, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES** e com a presença dos Senhores **GUILHERME CESÁRIO LAGIDO DOMINGOS, ANA SOFIA GARCIA BARROS SÃO JOÃO, RUI PEDRO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA, FLAMIANO GONÇALVES MARTINS, LILIANA SOFIA BOUÇA SILVA.***

Iniciada a reunião, às 18 H 30 M, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente** deu início à sessão saudando todos os presentes; referiu que o objetivo das reuniões descentralizadas era ouvir as preocupações, sugestões e críticas das pessoas relativamente às freguesias onde viviam ou ao concelho, por isso eram momentos importantes para a Câmara Municipal. Informou que ia haver treze intervenções e que cada uma tinha aproximadamente cinco minutos. Referiu que a Senhora Presidente de Junta tinha informado que havia mais uma pessoa que queria intervir, mas que não se tinha inscrito dentro das condições previstas no regulamento; disse que, como era a primeira vez que estavam a fazer este tipo de reuniões, seria feita uma exceção. Relembrou que era necessário informar das intervenções 48 horas de antecedência, pois tinham de analisar os temas, para



Câmara Municipal de Caminha

poder fornecer respostas adequadas. Antes de passar a palavra à Senhora Presidente da Junta, agradeceu a amabilidade da Casa da Banda, na pessoa do seu presidente, em receber a Reunião de Câmara.

A **Senhora Presidente da Junta de Lanhelas, Josefina Covinha**, saudou os presentes e leu:

“É uma honra receber pela primeira vez na história das autarquias locais deste concelho o executivo camarário para uma reunião descentralizada na nossa freguesia.

É igualmente uma honra recebê-los aqui, nesta casa, pela qual passaram várias gerações de músicos, alguns dos quais com carreiras reconhecidas tanto a nível nacional, como além-fronteiras. Esta casa tem passado (basta olhar para as fotografias aqui reproduzidas), tem presente e tem futuro. Não podia deixar de proferir uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho realizado em prol da cultura e da formação de tantos jovens.

Estas Reuniões Descentralizadas vêm na sequência do cumprimento da promessa feita em campanha eleitoral pelo Dr. Miguel Alves e agora assumida pelo atual executivo que lhe deu cumprimento com o objetivo de fomentar o diálogo, aumentar a participação dos munícipes, numa relação de grande proximidade com as populações. Esta estratégia, juntamente com a transmissão *online* das Assembleias Municipais, são o sinal inequívoco de uma de gestão autárquica e liderança democráticas, participativas e de grande abertura, que culmina com a recente decisão do executivo, em atribuir melhores condições de trabalho aos vereadores e deputados municipais da oposição.

Sinal distintivo é, também, o modo atento, próximo e transparente, como o executivo camarário tem lidado com as Juntas de Freguesia, bem demonstrativo de como o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores souberam interpretar bem o sentido de mudança que o povo de Caminha quis que acontecesse em setembro passado. Agora que estamos tão perto de comemorar os 40 anos do 25 de abril, é bom referir a necessidade dos políticos se adaptarem aos novos tempos, que exigem uma



Câmara Municipal de Caminha

relação de proximidade e de verdade com os cidadãos, um exercício de cultura democrática e de cidadania, de auscultação das aspirações e necessidades das populações que representam, no sentido de se encontrarem as melhores soluções, de forma colaborativa, para um desenvolvimento sustentado e para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Lanhelas é uma terra muito especial, com gente feita de grandes vontades, de reconhecidos brios, de muito bairrismo. Este povo, quando é chamado a colaborar, não deixa esforços por mãos alheias. Entrega-se de corpo e alma. Não se deixa abater, procura soluções. Apesar disso, não podemos esquecer que estivemos nestes últimos doze anos votados ao esquecimento, na cauda do concelho em questões de prioridades e necessidades, deixando a freguesia no ostracismo, com enormes desafios pela frente.

Apesar de um contexto socioeconómico e psicossocial das populações muito complicado, com índices de desemprego a nível local muito expressivo, já pudemos assistir a ações concretas por parte da Câmara, que nos dão alento e nos animam a prosseguir nos nossos esforços de melhoria. E ações não são meras intenções ou palavras de circunstância, de oportunidade política, mas evidências seguras da forma de resolver problemas concretos. Refiro-me ao modo como a Câmara se empenhou em candidatar a ecovia a fundos comunitários, esperando todos nós que o resultado venha a ser favorável; o modo como liderou a campanha da lampreia do Rio Minho, juntando os Presidentes das Câmaras de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira na nossa terra. Além de pontuais e oportunas intervenções, devo ainda referir a inteira disponibilidade e simpatia como sou recebida nos diferentes serviços da Câmara, sempre que deles necessito. Apesar do escasso tempo decorrido, após a tomada de posse, temos trabalhado no sentido de colmatar as mais urgentes necessidades.

Com a colaboração da Câmara, juntamente com os nossos recursos, restaurámos as duas plataformas no rio Minho; tapámos buracos na rua do Serradouro e na rua da Ramalhosa. Arranjámos a berma na rua Dr. Fernando Teixeira; reparámos em betuminoso a Rua da Liberdade e outras; aplicámos corrimãos na capela de S.



Câmara Municipal de Caminha

Sebastião, para auxílio das pessoas com dificuldade motora; procedemos à vigilância e atuação nos baldios de Lanhelas (está a decorrer um processo em Ministério Público por corte ilegal de pinheiros); fizemos a sinalização e aviso às pessoas que fazem descargas de entulho no monte; prestamos pontuais apoios na vertente social, fizemos o presépio, participamos no curso carnavalesco com a EB1. Outras iniciativas estão em curso na sede da Junta de Freguesia, onde decorrem aulas de culinária, hora do conto, ensaios de peça de teatro, labores, aulas de concertina. Demos continuidade ao apoio às associações da freguesia. Mas é preciso fazer mais, naturalmente. A curto prazo proceder-se-á ao arranjo da escadaria do Cruzeiro da Independência e Caminho do Serradouro. O edifício da sede da Junta de freguesia também necessita e será alvo de uma intervenção.

Não podemos esquecer as promessas feitas e que temos as ruas e caminhos em S.O.S., entre outras, a Avenida da Liberdade (depois deste inverno rigoroso, a parte norte ficou num estado lamentável). Estamos empenhados em solucionar pontuais ligações ao saneamento básico. Temos graves problemas para resolver no que concerne ao encaminhamento das águas pluviais, situação resultante da construção do troço final da A28. Daremos prioridade à segurança das pessoas e bens.

Nos últimos meses, tenho podido testemunhar as dificuldades financeiras que a autarquia atravessa, mas é preciso fazer um esforço para corresponder aos anseios das pessoas. Este não é propriamente um tempo de grandes obras, mas sim de obra que possa resolver os problemas mais prementes que as pessoas sentem no dia-a-dia.

Termino, agradecendo a todos a presença e a atenção dispensada e desejo que o debate possa ser profícuo e esclarecedor, tanto para a população como para a Câmara Municipal. O meu muito obrigada.”

O **Senhor Manuel Abílio Novo Guerreiro** saudou os presentes e leu:

“Sr. Presidente,

Tenho duas questões a colocar-lhe:



Câmara Municipal de Caminha

Em primeiro lugar tem a ver com a minha inscrição para poder intervir nesta reunião. Quando resolvi intervir nesta reunião disseram-me que era obrigado a inscrever-me com uma antecedência de 48 horas e dizer qual o assunto que pretendia abordar. Aliás, isto é o que está escrito no boletim municipal *online* quando fala da reunião descentralizada, em Lanhelas, com data de 19 do corrente. Ora, o que acontece? Na Reunião de Câmara do passado dia 19 foi aprovada por unanimidade uma alteração ao regimento de funcionamento das reuniões da Câmara, de modo a eliminar a cláusula que impunha um período prévio de 48 horas para que os munícipes que pretendessem intervir no período destinado ao público o solicitassem. Assim, as pessoas podem pedir para usar da palavra na altura das reuniões. Em que ficamos?

A segunda questão tem a ver com o local de realização da Assembleias Municipais. Como já deve ter reparado, são muitas, mesmo muitas, as pessoas que pretendem assistir às assembleias municipais. Isto, quanto a mim, é um muito bom sintoma. Demonstra que as pessoas se interessam pelos problemas do seu concelho e abandonam o conforto dos seus lares para assistirem ao modo como os deputados municipais defendem interesses dos munícipes. E quando digo que abandonam o conforto dos seus lares, faço-o propositadamente, pois entendo que essas pessoas, nas quais me incluo, merecem muito mais do que aquilo que nos tem sido oferecido. Não é convidativo nem digno que nos obriguem a ficarmos toda a sessão em pé, a monte junto à porta que dá acesso ao salão onde se tem desenrolado as sessões, sem que possamos ouvir as intervenções, originando sururus, conversas paralelas, enfim, todo um ambiente nada convidativo e próprio de um órgão como deve ser a Assembleia Municipal.

Assim, queria pedir-lhe que já na próxima Assembleia Municipal a mesma ocorra noutra local que tenha a capacidade para receber todos aqueles que querem assistir à mesma com o mesmo conforto que têm os eleitos. Disse.”

O **Senhor Presidente** informou que a alteração ao regulamento não se aplicava às reuniões descentralizadas, mas sim às reuniões de Câmara ordinárias, de modo a



Câmara Municipal de Caminha

poderem ter as informações necessárias para responder às questões colocadas; explicou que se tinha feito uma exceção no caso das reuniões ordinárias, pois estas, ao contrário das reuniões descentralizadas, não estavam a ser muito participativas, sendo que não tinha havido nenhuma inscrição desde a tomada de posse do novo executivo, tendo sido uma tentativa de promover a participação dos munícipes.

Relativamente à sala da Assembleia Municipal, disse que, uma vez que existia uma participação abundante nas sessões, tinham tentado resolver a questão optando por ter a sessão no Salão Nobre, porque, em primeiro lugar, este possuía mais quatro lugares sentados; em segundo lugar, ao contrário da sala anterior, que tinha uma saída lateral, a do Salão Nobre encontrava-se no fundo da sala, oferecendo a possibilidade de poderem assistir do exterior da sala; em terceiro lugar a sala tinha melhores condições para instalar as câmaras e luzes de modo a poderem transmitir a sessão *online*. Acrescentou que a transmissão das sessões *online* era uma novidade e que várias pessoas de outros municípios do Alto Minho estavam interessadas em que fosse feito o mesmo nos respetivos municípios. Referiu que, apesar dos esforços, financiamento e oportunidades, não possuíam um espaço municipal que conseguisse ir ao encontro das necessidades da Assembleia Municipal, onde todas as pessoas pudessem estar sentadas e os deputados terem um espaço relativamente autónomo. Referiu que tinham sido consideradas as seguintes possibilidades ou alternativas: o facto de a participação das pessoas ter tendência para decrescer; o salão dos bombeiros, o Teatro Valadares, o espaço da Misericórdia. Disse que ia ser encontrada uma solução e que o importante era que as pessoas pudessem ter condições para assistir e participar no debate. Disse que provavelmente a solução não seria encontrada a tempo para a próxima Assembleia Municipal, mas que o Presidente da Assembleia iria fornecer informações na altura.

O **Senhor Rui António Oliveira Fernandes** perguntou para quando estava prevista a revisão do PDM e se seria neste mandato; questionou quando seria lançada a concurso a autovia e se o projeto da obra também seria colocado para discussão



Câmara Municipal de Caminha

pública; referiu que considerava preocupante a questão do parque arqueológico a que a freguesia tinha direito, uma vez que era uma das condicionantes da A28.

O **Senhor Presidente** sugeriu que a décima terceira intervenção prevista para a sessão, da Senhora Andreia Alves, fosse realizada a seguir, dado que o tema tinha a ver com o da intervenção anterior.

A **Senhora Andreia Alves** apresentou a questão do Centro de Interpretação, um benefício que podiam ter em resultado da A28, pois tinham tido várias consequências negativas; referiu que tinha sido prometida a construção de um centro de interpretação na zona onde era a antiga oficina de pirotecnia, com carácter arqueológico sobre as figuras rupestres, entre outros temas. Para além disto, perguntou se tinha sido feita alguma análise do estado do paredão, pois tinha sofrido desgaste devido às condições climatéricas, e se havia algum projeto.

O **Senhor Presidente** propôs que a intervenção seguinte fosse a da Senhora Sónia Almeida, pois tratava-se do mesmo assunto, no entanto verificou-se que esta não estava presente, por isso deu a palavra ao Senhor Vereador Guilherme Lagido.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** referiu que a questão do PDM estava sob a sua responsabilidade desde a tomada de posse e a questão colocada permitia falar no assunto pela primeira vez publicamente. Disse não sabia quando é que o PDM estaria pronto e que, quando tinha herdado o processo, este já tinha sido iniciado com uma determinada filosofia subjacente. Disse que questionar a filosofia implicava iniciar o processo do início e partir com outra metodologia, o que resultaria num atraso adicional, por isso tinham optado por dar continuidade ao mesmo. Disse que o que tinha acontecido em termos concretos tinha sido que o processo tinha estado na Reserva Agrícola Nacional (RAN) desde maio do ano passado, pois o Ministério da Agricultura sistematicamente informava que não tinha recursos para apreciar a proposta; após o Ministério da Agricultura informar qual era o problema da proposta,



Câmara Municipal de Caminha

tinham podido proceder às alterações necessárias para que ficasse resolvido. Disse que o processo tinha sido apreciado pela Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN), sendo que tinham sido colocadas uma série de questões de fundo, tinham feito uma nova proposta, que tinha sido submetida novamente ao CNREN, tinham tido uma reunião com a CNREN, mas ainda não tinham o resultado, mas era natural que demorasse algum tempo, porque tinha sido há pouco tempo e tinha um circuito específico. Explicou que a definição do perímetro florestal e cartografia do perímetro florestal tinha problemas complicados, porque havia alguns loteamentos em perímetros florestais, o que obrigava a desafetações e desanexações, que eram processos com alguma complexidade. Referiu que tinham tido uma reunião setorial com a autoridade florestal e o processo de desafetação só podia avançar depois de terem definido os perímetros urbanos e urbanizáveis que queriam para cada uma das freguesias do concelho. Disse que este processo estava a meio, pois mais de metade das freguesias estavam a ser escutadas. Disse que, em relação à Rede Natura, tinham o processo praticamente articulado, havia apenas algumas questões relacionadas com os valores naturais, sendo que havia um projeto no âmbito da CIN do Alto Minho para o levantamento dos sítios Rede Natura de todo Alto Minho e tinham conseguido que fosse dada prioridade ao concelho de Caminha.

Disse que também tinham tido reuniões setoriais com a REFER e que o problema era que entroncava na definição dos perímetros urbanos e urbanizáveis, porque a linha do Minho, de Nine para cima, ia ser eletrificada e inicialmente receava-se que a eletrificação da linha criasse alguns problemas de conectividade entre as freguesias nomeadamente Caminha e Vilarelho, Venade, etc., mas que parecia que isto não ia acontecer. Disse que também se tinham de reunir com as Estradas de Portugal, embora esta reunião estivesse dependente da questão da definição dos perímetros urbanos. Disse que a questão dos perímetros urbanos e urbanizáveis era um exercício que estavam a fazer para já a nível estritamente técnico, mas que, mal estivesse concluído, ia levar a reuniões com as várias freguesias no sentido de aferir se o que era proposto do ponto de vista técnico tinha razoabilidade e aderência às



Câmara Municipal de Caminha

aspirações das freguesias. Disse que, posteriormente, ia haver uma comissão de acompanhamento, que já tinha estado agendada, mas que, dado ao atraso da RAN e algum atraso na questão dos perímetros, tinha levado a que a reunião que estava agendada para 8 de abril fosse adiada para, provavelmente, o mês de maio.

Disse que, pelo que se podia ver, o processo ainda estava longe do fim, mas nos últimos cinco meses tinham produzido muito trabalho e que se fazia o ponto da situação em termos do trabalho do PDM e do que se ia fazer para que o processo não ficasse parado às segundas-feiras de manhã. Disse que estava convencido, através dos contactos que iam tendo com as várias entidades, que os principais problemas tinham solução à vista, mas tinham *timings* e algumas dificuldades que inibiam que houvesse uma previsão com rigor. Em relação à questão se este seria feito neste mandato, disse que não queria acreditar que não seria.

O **Senhor Presidente** referiu que, em relação às duas questões colocadas sobre a ecovia, ainda estava à espera da aprovação do financiamento e deu a palavra ao Senhor Vereador Rui Teixeira, para este oferecer informações adicionais.

O **Senhor Vereador Rui Teixeira** disse a candidatura relativa ao troço de Lanhelas da ecovia ainda não tinha sido aprovada e que o troço do projeto não previa nenhuma reestruturação do paredão, mas sim uma intervenção do caminho que ligava Vila Nova de Cerveira a Lanhelas, com o aproveitamento de parte do caminho térreo, que seria transformado em piso de ecovia.

O **Senhor Presidente** disse que tinham tido uma reunião entre os técnicos das câmaras de Caminha e Valença nessa manhã, pois o projeto só fazia sentido se fosse um projeto comum entre Cerveira e Caminha, porque aquilo que tinham podido candidatar àquela oportunidade de financiamento não tinha sido a totalidade da ecovia, mas sim a parte que ia desde a fronteira norte do concelho até ao Lugar do Isqueiro. Referiu uma série de condicionantes relacionadas com a não obtenção de autorização por parte de proprietários, que tinha feito com que o executivo



Câmara Municipal de Caminha

anterior ponderasse um trajeto alternativo que passasse por dentro da “zona urbana” da vila, mas que não tinha sido candidatado no contexto deste financiamento. Disse que tinham esperança em relação à candidatura, porque valia por si só, pois não era só o espaço, era a candidatura que a unia a toda a via de Cerveira, o complemento de uma grande intervenção junto ao rio Minho e que, por isso, era fundamental que pudessem ter aprovado o financiamento para a ecovia em Lanhelas.

Em relação ao paredão, referiu, em primeiro lugar, a intempérie que tinha prejudicado o mesmo e criado algumas dificuldades naquela zona; disse que, como tinha sido acompanhado pela comunicação social, tinha havido dias difíceis por todo o país, particularmente no concelho, e por causa desses dias e da reivindicação do concelho, que soube destacar-se face ao contexto nacional, tinha sido distinguido pela visita do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado, que tinham garantido financiamento para obras decorrentes da intempérie. Disse que, neste caso, o problema era o facto de se tratarem de obras de litoral no seu contexto mais estrito, ligados à intervenção do mar e, portanto, não podiam contemplar pequenas situações em Caminha, Seixas e Lanhelas. Disse que a perspetiva era acompanhar o que estava a acontecer naquele momento e resolver pelos próprios meios o que conseguiam resolver, tendo sempre em consideração não uma questão de embelezamento, mas de segurança das pessoas e bens.

Disse que considerava que a ecovia potenciaria uma forma de usufruto de toda a beirada do rio que permitiria a criação de uma espécie de parque informal intermunicipal e que aquele parque, só pela instalação da ecovia, empurrasse a Junta de Freguesia, a autarquia, a Câmara e a própria população para um uso de toda aquela zona que permitisse a criação de mais condições para aquele uso, pois não bastaria colocar uma via a amarelo, para as pessoas passearem, também seria necessário criar condições de usufruto, com bancos, equipamentos, não só de *fitness*, mas outro tipo de equipamentos que pudessem ser atrativos até do ponto de vista comercial. Disse que não podiam dizer com segurança quando teriam a aprovação do financiamento, mas que julgava que as decisões estariam para breve e que esperava que pudessem ser positivas para todos. Em relação à questão do



Câmara Municipal de Caminha

centro interpretativo de arte rupestre, confirmou que tinha sido uma contrapartida negociada a propósito da A28 na zona de Lanhelas; acrescentou que era um processo antigo e que o Professor Rui Fernandes conhecia bem esta questão porque tinha trocado várias mensagens e cartas com a Euroscut, sendo que as últimas notícias apontavam para o reconhecimento de que essa contrapartida existia e que a questão da propriedade que parecia estar assegurada por parte do Estado. Reconheceu que tinha ouvido falar do projeto na altura da campanha eleitoral e que na primeira reunião com os membros do atual executivo estes tinham reiterado a necessidade de pressionarem sobre esta matéria. Disse que não só era justo para a população de Lanhelas, mas também de “elementar inteligência”, tendo em conta o património arqueológico reconhecido, pois segundo os últimos estudos, tinham porventura mais valor arqueológico em Lanhelas do que aquele que se pensava. Disse que convinha olhar para a riqueza presente na coroa que ia de Lanhelas, passando por Vilar de Mouros, com uma ligação estreita a estes vestígios, entroncando na Serra d'Arga, passando por vestígios que existem na zona de Santo Antão, no cruzamento entre Venade, Moledo, Cristelo, Vilarelho e coincidindo depois para sul do concelho os vestígios na cidade e na criação de um triângulo forte entre Coto da Pena em Vilarelho, cidade em Vila Praia de Âncora, Santa Tecla do outro lado do rio. Disse que era necessário olhar para a riqueza do concelho e potenciar o reconhecimento por parte do Estado para fazer determinado tipo de obra para valorizar o espaço e criar uma centralidade diferente, não repetível noutros locais, que podia beneficiar Lanhelas e que beneficiava em muito o concelho e os concelhos limítrofes. Concluiu dizendo que se tratava de um dos assuntos que, perante a insistência da junta e dos cidadãos, tinha sido colocado no centro das preocupações e que esperava poder dar boas notícias à junta de freguesia sobre estas matérias o mais rápido possível.

A **Senhora Myrna de França Pinheiro** perguntou se um caminho existente no Lugar de Couto seria pavimentado, pois uma das habitações ia ser utilizada para turismo rural.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente** informou que iam responder a todas as questões relacionadas com caminhos ao mesmo tempo.

O **Senhor João Conde** disse que há cerca de três meses que Lanhelas estava sem parte de iluminação pública, sendo que tanto pessoas da freguesia como a própria Junta de Freguesia tinham entrado em contacto com a EDP, no entanto a questão ainda não estava resolvida; referiu o facto de a Travessa da Boucinha estar em mau estado e que, devido à sua inclinação, várias pessoas já tinham caído.

O **Senhor João de Deus Cunha** informou que se encontrava um caniço na Rua da Liberdade em Lanhelas desde a abertura da rua e que o caminho que ligava a Rua das Fontainhas ao Lugar do Couto, pavimentado com calçada à portuguesa, estava destruído e só se podia transitar no mesmo de jipe; posteriormente disse que Lanhelas beneficiária de uma pequena zona industrial comum para as pequenas indústrias locais, para promover a criação de outras empresas e a fixação de pessoas na freguesia, de modo a contrariar a tendência das pessoas abandonarem e não investirem na zona.

O **Senhor José Ramalhosa** disse que, em nome da Sociedade Musical Banda Lanhelense, queria retribuir o que o Senhor Presidente tinha dito na introdução, que era um motivo de orgulho e satisfação receber a assembleia. Disse que apesar de ser a sede da banda, aquela casa pertencia a todos os lanhelenses e, por isso, estava aberta à Câmara e a outras instituições e agradeceu terem escolhido aquele local para a primeira reunião camarária em Lanhelas.

Disse que ia falar sobre caminhos, em particular o caso da sua rua, a Rua de Santo António; disse que na Travessa do Roncal tinha sido aberta uma vala para saneamento há mais de um ano, que tinha sido uma abertura clandestina, sendo que considerava a situação triste, porque era uma das ruas principais de Lanhelas,



Câmara Municipal de Caminha

sendo que solicitava à Câmara a resolução da questão, pois também estava em causa a imagem de Lanhelas.

Disse que estava ligado à banda e ao associativismo há muitos anos e que a banda se tinha preocupado em formar jovens. Disse que considerava a questão da ecovia preocupante, pois se quisesse andar de bicicleta ou a pé, teriam de conduzir até à ecovia de Gondarém, no entanto, apesar de os jovens não conduzirem, iam de bicicleta, frequentemente pela EN13, sendo que esta possuía uma rotunda e, portanto, ser uma estrada perigosa. Disse que esperava que fosse recebido o subsídio para construir a ecovia, para os mais jovens a poderem usar.

Ainda em relação aos jovens, disse que existia uma equipa de futebol que ia frequentemente para o campo junto à Casa do Povo, que não oferecia condições, devido à proximidade da estrada. Referiu que os autocarros para transporte dos alunos até à escola, quando chegavam a Seixas, já se encontravam lotados, o que significava que muitos iam de pé. Disse que ainda não tinha sido feito nada sobre o assunto e que, como pensava que era a Câmara que subsidiava o transporte dos alunos, considerava que o acordo que tinham devia ser revisto, porque a segurança dos alunos teria de ser assegurada.

O **Senhor António Lages** informou que existiam três ou quatro casas sem saneamento básico na Travessa da Cancela, sendo que o projeto e orçamento estavam realizados, no entanto o problema não tinha sido resolvido.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** disse que a questão do “estado calamitoso” dos caminhos e a falta sistemática de iluminação pública eram do conhecimento do executivo e tinham sido alvo de discussão em reuniões com as juntas de freguesia; disse que estas questões eram consequência da mesma causa, nomeadamente as intempéries deste ano. Relativamente à questão da iluminação pública em Lanhelas, tinha havido uma primeira intervenção da EDP, em que se tinha procedido à substituição de lâmpadas, uma vez que se tinha considerado a possibilidade de



Câmara Municipal de Caminha

estas estarem fundidas, no entanto, uma vez que a falta de iluminação tinha persistido, tinha-se concluído que o problema era mais sério.

Agradeceu a intervenção do Senhor João e disse que, no exercício que tinha referido, e que do ponto de vista técnico estava concluído em Lanhelas, estava prevista uma pequena zona industrial que ligasse os dois polos já existentes.

Em relação às duas questões sobre saneamento, disse que não qualificava a do Caminho do Roncal como uma intervenção à margem, pois, segundo a indicação que tinha, a intervenção tinha sido feita por um proprietário da rua em articulação com o anterior executivo; disse que o senhor tinha resolvido o problema dele, mas a situação não tinha ficado totalmente resolvida e que iam tentar resolvê-la enquadrando-a nas normas. Quanto ao Caminho da Cancela, disse que o assunto tinha sido reiteradamente estudado e que o problema era que a forma mais simples de fazer o saneamento era ligá-lo a uma das ruas por onde passava o saneamento, no entanto, ao ligar a outro lado, tinha de passar por propriedades privadas e a indicação que tinham era que havia um ou dois proprietários que se tinham oposto a que se fizesse essa ligação. Disse que iam tentar recuperar este projeto e verificar se se conseguia financiamento. Em relação ao caniço, disse que tinha de se arranjar uma forma de o desmontar e montar noutro sítio.

A **Senhora Vereadora Ana São João** referiu que alguns encarregados de educação tinham expressado a mesma preocupação sobre o transporte escolar. Disse que se tinha deslocado ao Instituto de Mobilidade de Transportes no Porto para solicitar uma fiscalização, que ainda não estava programada, mas que seria para breve. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha iniciado uma ação de fiscalização aos transportes no Vale do Âncora, que seria posteriormente realizada no Vale do Coura.

O **Senhor Presidente** disse que a questão dos caminhos era a mais complexa e tinha mais dificuldade em responder no momento. Disse que, como o Senhor Vereador tinha referido, a questão das intempéries era importante, pois tinha piorado



Câmara Municipal de Caminha

a situação e não tinha sido possível realizar qualquer intervenção durante as mesmas; disse que tinham de encontrar soluções, no entanto não podiam ser só para Lanhelas, pois outras freguesias também tinham problemas muito graves. Referiu que estavam a ponderar uma intervenção global, que tinha sempre o risco de obrigar a tomar opções que pretendessem resolver os problemas mais “gritantes”, sendo que também era necessário verificar a questão orçamental, porque havia problemas que resolviam com dois mil euros e outros que só se resolviam com 15 mil. Disse que deste conjunto ia resultar um plano a anunciar que contemplaria Lanhelas, mas, provavelmente, não da forma como os lanhelenses gostariam. Esclareceu que as opções iam ser tomadas de acordo com o orçamento e em conversação com a Junta de Freguesia, acrescentando que tinha solicitado às Juntas de Freguesia que o informassem das prioridades absolutas.

Disse que tinham tentado acorrer a pequenas intervenções, as que os técnicos da Câmara conseguiam resolver diretamente, e a intervenções de emergência, relacionadas com muros, suporte, problemas mais graves das próprias estruturas. Mencionou que, em Lanhelas, havia problemas que se arrastavam há anos e que necessitavam de intervenção. Disse que havia várias condicionantes e que iam avançar com algumas soluções; referiu, quanto à questão do saneamento, que não era apenas a própria realização que custava, mas também as tarifas que tinham de pagar relacionadas com a quantidade de saneamento. Disse que havia situações que queriam resolver, mas lembrou que os cidadãos tinham tendência para dizer que os problemas eram uma questão de metros, no entanto, multiplicado por todo o concelho, os problemas eram maiores. Disse que queria que pudessem fazer opções racionais que permitissem resolver os problemas mais graves e dar sustentabilidade para que pudesse existir uma autarquia que pudesse resolver outros problemas no futuro. Disse que era necessário perceber os critérios da Câmara, porque iam optar por determinadas situações em detrimento de outras.

A **Senhora Raquel Silva** referiu que a rua das Fontainhas estava em mau estado, como já tinha sido referido numa intervenção anterior. Disse que, na antiga rua da



Câmara Municipal de Caminha

estação de Lanhelas, existia uma paragem de autocarros para os alunos da escola e que considerava necessário que existisse uma passadeira para os alunos atravessarem a estrada de forma segura. Do mesmo modo, disse que era importante haver uma maior facilidade em sair da Estrada Nacional, tendo como origem Cerveira, e entrar para a Rua da Estação, pois a situação era perigosa e já se tinham dado muitos acidentes, inclusive tinham morrido pessoas. Disse que isto se podia resolver se colocassem uma “zebra, tirem a “ilha” que tinham posto para fazer a paragem de autocarro e aumentar um pouco à estrada. Quanto à Rua da Liberdade, no centro de Lanhelas, perguntou se era possível colocar uma linha amarela para não se estacionar dentro do cruzamento; como alternativa, propôs a cedência da prioridade às pessoas que circulavam na Rua da Liberdade, no entanto, como ninguém respeitava prioridades, sugeriu a colocação de sinais STOP.

Referiu que existiam terrenos a menos de 50 metros de habitações que não estavam a cumprir a lei, pois não estavam limpos, o que era perigoso, por causa dos incêndios.

Finalmente, disse que ia referir algo que o pai tinha pedido para dizer em reunião, nomeadamente que Lanhelas tinha sido esquecida e que não queriam que acontecesse o mesmo durante o mandato do atual executivo, pois o executivo anterior tinha centrado as suas atenções em Vila Praia de Âncora e Caminha.

A **Senhora Matilde Maria Fernandes Vilas Lages** saudou os presentes e disse que ia falar sobre algumas necessidades diárias de Lanhelas, dando continuidade à intervenção anterior. Disse que era necessário pensar-se na regularização do trânsito no centro de em Lanhelas, principalmente durante a hora das crianças saírem da escola e aos fins de semana.

Sugeriu que fosse construída uma rampa no cemitério e nos sanitários, para as pessoas com mobilidade reduzida, e que arranjassem outro espaço para receber, um dia por semana, as pessoas com mais dificuldades, pois a Junta de Freguesia não tinha condições adequadas para pessoas com mobilidade reduzida ou com carrinhos de bebés, particularmente devido às escadas estreitas.



Câmara Municipal de Caminha

Relativamente ao tópico do lazer, disse que a Casa do Povo tinha direito de superfície de 50 anos e que o campo pertencia à Câmara Municipal. Disse que a situação do campo tinha a ver com o facto de os jovens não manterem o espaço limpo e muitas vezes a Junta de Freguesia e a Casa do Povo terem de o limpar. Referiu que os vidros dos balneários estavam sempre partidos e o parque infantil vandalizado. Disse que tinham de se juntar em prol do parque, porque era o único espaço que os jovens tinham para jogarem futebol no verão, sendo que considerava necessário que o espaço que ligava à estrada fosse protegido com uma rede, porque podia acontecer um acidente. Referiu que os balneários apenas precisavam de alguma manutenção, pois podia ser utilizado por outras pessoas, como por exemplo peregrinos; para o encontro de *motards*, que tinha sido realizado e que tinham acabado por utilizar os balneários do parque de futebol; e por pessoas que praticavam atividades de montanha. Disse que se tivessem os balneários em condições teriam um espaço ótimo e atraíam pessoas para Lanhelas.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** referiu que as situações relativas ao trânsito apresentadas já lhe tinham sido reportadas num carácter um tanto ou quanto informal. Disse que estavam perante um problema que tinha de ser repensado e que o técnico responsável por estas questões ia entrar em contacto com a Senhora Presidente da Junta e que faria um levantamento das situações de solução ou racionalização mais óbvia e que faria uma proposta de alteração de circulação, se fosse o caso, ou intervenção que seria levada a Reunião de Câmara Ordinária. Disse que não era por se alterar as regras ou sinalização que se ia alterar o civismo das pessoas e que era necessário que houvesse depois alguma pedagogia. Disse que o problema era exatamente igual para a questão da prevenção dos incêndios, da limpeza de parcelas junto a habitações, pois havia efetivamente legislação nesse sentido e até a obrigação das autarquias em promover a resolução desse problema. Disse para reportarem as situações mais urgentes e/ou arriscadas e que atuariam em conformidade. Referiu que, idealmente, antes de reportarem a situação à Câmara, entrariam em contacto com os indivíduos.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente** disse que a questão sobre as pessoas com mobilidade reduzida era preocupante, porque só era visível quando se confrontavam com uma situação semelhante. Disse que existiam duas razões que os obrigavam a tomar rapidamente nota destas matérias, particularmente em locais públicos ou de usufruto público, que tinha a ver com a procura cada vez mais intensiva por parte das famílias em circular em espaços públicos e/ou passarem com carrinhos de bebés. Disse que, como acreditavam que iam concretizar um embelezamento do espaço público em Lanhelas, também havia uma procura natural para tentarem encontrar soluções para que as pessoas possam mover-se livremente, sem constrangimentos arquitetónicos e sem que carros que impeçam a circulação normal das pessoas nos passeios. Disse que também tinha a ver com o facto de hoje em dia existirem mais pessoas a envelhecer, de estarmos a envelhecer durante mais tempo e termos capacidade para estarmos mais tempo a usufruir da natureza e do espaço público, por isso era vez mais seria necessário encontrar soluções para que as pessoas possam encontrar-se.

Relativamente à questão dos incêndios, disse que se tratava de uma questão importante, porque muitas vezes o proprietário destes terrenos era o Estado e era necessário saber identificar estas matérias e interpelar a própria administração central sobre as mesmas.

Sobre as questões relativas ao trânsito, referiu que tinha recebido uma proposta informal de levantamento do espaço junto à zona central, criando uma espécie de lombada, que obrigasse os veículos a diminuir a velocidade. Disse que as juntas de freguesia tinham novas competências relacionadas com a manutenção e colocação de sinalética, portanto podiam dirigir-se à Junta de Freguesia, porque era da sua competência poder ter os sinais bem localizados e/ou nos locais certos.

A **Senhora Cândida Mina** referiu que fazia parte da direção da Casa do Povo e que esta instituição era mediadora entre o Banco Alimentar e as famílias carenciadas. Disse que se tinham apercebido de que nos últimos tempos havia uma falta de



Câmara Municipal de Caminha

seriedade por parte de algumas pessoas que recorriam a estes bens alimentares, porque apresentavam dados que não correspondiam à verdade. Propôs que houvesse um cruzamento de informação entre a autarquia, que recebia os pedidos das famílias, a Junta de Freguesia, a Casa do Povo e a Vicentina. Disse que a Casa do Povo tinha conhecimento das famílias mais carenciadas e considerava lamentável que tivessem de entregar alimentos a famílias que efetivamente não precisavam. Disse que tinham sido contactados pelo Banco Alimentar, com o intuito de saber se continuavam interessados em dar continuidade ao trabalho realizado. Disse que, inicialmente, tinham intenções de recusar, pois, enquanto elemento da direção de uma instituição, sentia que estava a pactuar com uma situação ilegal e, como cidadã e contribuinte, sentia-se usada, acrescentando que considerava que devia haver uma maior coerência por parte das pessoas que recorriam a este tipo de ajuda.

Relembrou o Senhor Presidente de que continuavam à espera da resposta à verba que tinha sido atribuída pelo anterior executivo, pois queriam iniciar a obra no telhado da Casa do Povo. Solicitou ainda uma maior celeridade no *feedback* relativamente às outras questões que tinham levantado, pois já tinham cessado contrato com a empresa de alimentação e não sabiam o ponto de situação relativamente à ajuda da parte da segurança alimentar que tinham pedido.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que o trabalho do Banco Alimentar era notório e necessário e apesar de, às vezes, poder levar à descrença, a ajuda do Banco Alimentar chegava a muitas casas. Deu os parabéns à Casa do Povo, porque, apesar de não concordar com os procedimentos ou com algumas questões, tinha sentido o ímpeto de dar este contributo. Esclareceu que o processo das avaliações era realizado por uma equipa constituída por elementos da Segurança Social, da Câmara Municipal e técnicos de instituições particulares de solidariedade, quando a formação também lhes permitia fazer esta avaliação. Disse que, para além da avaliação técnica, era importante o acompanhamento de outras fontes de referência, com pessoas idóneas da comunidade, e utilizar outros instrumentos de



Câmara Municipal de Caminha

avaliação, como as visitas domiciliárias. Disse que nestas questões era preferível “pecar por excesso do que por desmazelo” e acrescentou que, quando houvesse a necessidade de uma avaliação local, em todo o momento podiam solicitar à Câmara Municipal que um técnico realizasse uma reavaliação.

O **Senhor Presidente** referiu que tinham tido uma reunião, na qual tinham discutido nove pontos diferentes que mereciam reflexão, sendo um deles o apoio concedido pela Câmara Municipal em maio de 2013 para a realização de obras no telhado da Casa do Povo. Disse que, na altura, as obras não tinham sido realizadas e o Senhor Vereador Mário Patrício tinha enviado um fiscal ao local, que tinha verificado que a obra não tinha sido realizada e que tinha entendido não haver a atribuição do montante. Disse que percebia que a Senhora Cândida esperava que a Câmara Municipal desse uma indicação de que poderia libertar o montante num determinado momento, de forma a permitir que a Casa do Povo avançasse com a obra, no entanto disse que naquele momento não podia dar essa indicação, pois à volta desta questão estava a licença de utilização, o facto de a Casa do Povo em tempos ter tido um subsídio de apoio ao combustível, infiltrações de água, questões de higiene e segurança. Disse que tinha dado indicações a uma técnica da Câmara Municipal para entrar em contacto com a Casa do Povo.

A **Senhora Cândida Mina** confirmou que a técnica tinha entrado em contacto com eles, mas não tinha dado uma resposta concreta, tinha transmitido que seria dada a mesma possibilidade à Casa do Povo que às outras instituições, mas que estas ainda não tinham sido contactadas.

O **Senhor Presidente** disse que ia entrar em contacto com a técnica e, posteriormente, com a Casa do Povo, pois ainda existiam outras questões, como o caso do automóvel ligeiro, a participação na feira medieval, entre outras.



Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor João Alberto Correia** prescindiou da sua intervenção, porque o assunto sobre o qual tinha planeado intervir estava ultrapassado, pois tinha sido feita uma intervenção que tinha tocado um pouco o assunto.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** cumprimentou os presentes e referiu o prazer de estar em Lanhelas, porque sentia-se em casa e, como a Senhora Presidente tinha dito, as pessoas eram unidas, simples e de coração aberto. Disse que não concordava com o que a Senhora Presidente e a Senhora Raquel Silva tinham dito em relação ao executivo anterior, como a “falta de democracia”, de “deixar Lanhelas para trás”, de “estar completamente esquecida”, pois não correspondiam exatamente à verdade. Disse que sabia que a ambição de Lanhelas e das pessoas era grande, como em todas as outras freguesias, e, como tinha sido referido pelo Senhor Presidente, todas as freguesias gostavam de ter muito mais e diziam que estavam paradas. Mencionou, como por exemplo, que, na primeira reunião descentralizada, em Dem, tinham referido que Dem estava parada no tempo, no entanto era a freguesia do interior que tinha mais ações e eventos e uma movimentação elevada, acrescentando que o mesmo se aplicava a Lanhelas. Disse que Lanhelas tinha uma rede de saneamento como em nenhuma freguesia do concelho, que era a que estava mais coberta em termos de saneamento, embora houvesse zonas que ainda não tinham. Mencionou que o executivo anterior tinha apoiado o Lanhelas Futebol Clube, a Casa da Banda, a Casa do Povo, a praticamente todas as instituições da freguesia. Disse que não queria falar do passado, mas sim do futuro e, em particular, sobre a ecovia, pois concordava que o projeto devia ser discutido e reconhecia que era importante que a ecovia ligasse Lanhelas a Cerveira, no entanto também tinham de pensar na ligação da ecovia a Viana do Castelo e na ligação da ecovia até Seixas e de Seixas a Caminha, pois eram zonas complicadas. Disse que a ligação da beirada do rio para Seixas tinha de ser bem discutida e era necessário pensar noutros lugares, de modo a terem uma ecovia que ligasse todo o litoral do concelho e que ligasse também a Viana do Castelo. Referiu que uma das promessas eleitorais, tanto do Senhor Vereador como



Câmara Municipal de Caminha

do Senhor Presidente tinha sido o Lanhelas Futebol Clube ter, entre outras obras, o campo relvado, sendo que gostaria que a questão fosse esclarecida. Disse que gostava, daqui a catorze meses, de ver os problemas levantados resolvidos ou em andamento e que Lanhelas se desenvolvesse.

O **Senhor Presidente** esclareceu que não tinha prometido o campo relvado em Lanhelas. Disse que estas reuniões descentralizadas não tinham só o mérito do que tinham acabado de fazer, de serem confrontados pelas opiniões e com o andamento de um ou outro processo em que já tinham tido alguma intervenção ou contacto. Disse que permitiam perceber os anseios das pessoas que tinham estado na sessão, entrar em contacto com temas que não estavam na agenda e assumir determinado tipo de compromissos, que teriam de justificar dentro de catorze meses, iam ter de tentar, de um modo ou outro, que o que tinham dito que iam fazer se concretizasse ou, pelo menos, explicar por que razão não se tinha concretizado. Disse que o importante era discutirem estas matérias e informarem-se sobre as diferentes questões das freguesias.

Disse que Lanhelas tinha um grande potencial, uma especial ligação ao rio, não só uma ligação física e óbvia, mas uma ligação imaterial, ligada ao passado, às vezes que o rio tinha sido atravessado, traçando uma ligação quase de um “cosmopolitismo clandestino” que devia ser a génese da união entre as pessoas de Lanhelas, pois estava relacionado com o modo como se vivia e se ganhava a vida em Lanhelas. Disse que, para além da ligação ao rio, tinha uma sensibilidade especial para ter uma banda de música, das mais antigas de Portugal. Disse que Lanhelas transformava o concelho, porque dava-lhe um toque que fazia com que o concelho não fosse o mesmo sem Lanhelas, sendo que nem todas as freguesias podiam eventualmente dizer o mesmo, embora todas fossem importantes, pois Lanhelas trazia a componente da arte, cultura e, sobretudo, música que era importante sublinhar. Disse que também tinha a gastronomia, associada à doçaria e à solha e que tinham uma grande virtude e um problema de perspetiva: a grande virtude era o brio e alma que tinham e que colocavam em quase tudo o que faziam e



Câmara Municipal de Caminha

que dava uma especial singularidade no contexto do concelho; o problema de perspetiva era que achava que Lanhelas colocava-se na periferia do concelho, apesar de se encontrar no centro entre Cerveira e Caminha e poder ser potenciadora da unidade de dois concelhos; encontrava-se próximo da autoestrada; era a freguesia mais próxima de uma ponte com Espanha; tinha uma ligação especial com Gondarém e, portanto, tinha muito potencial. Agradeceu a participação dos que tinham intervindo e disse que iam resolver alguns dos problemas de Lanhelas e que estavam empenhados em manter este diálogo permanente, transparência, mobilização e que estaria disponível sempre que entendessem que podia ser útil a Lanhelas.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 00 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

Paços do Município do Concelho de Caminha, 26 de março de 2014

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Luís Miguel da Silva Mendonça Alves)

A SECRETÁRIA

(Anabela Pereira Monteiro)